

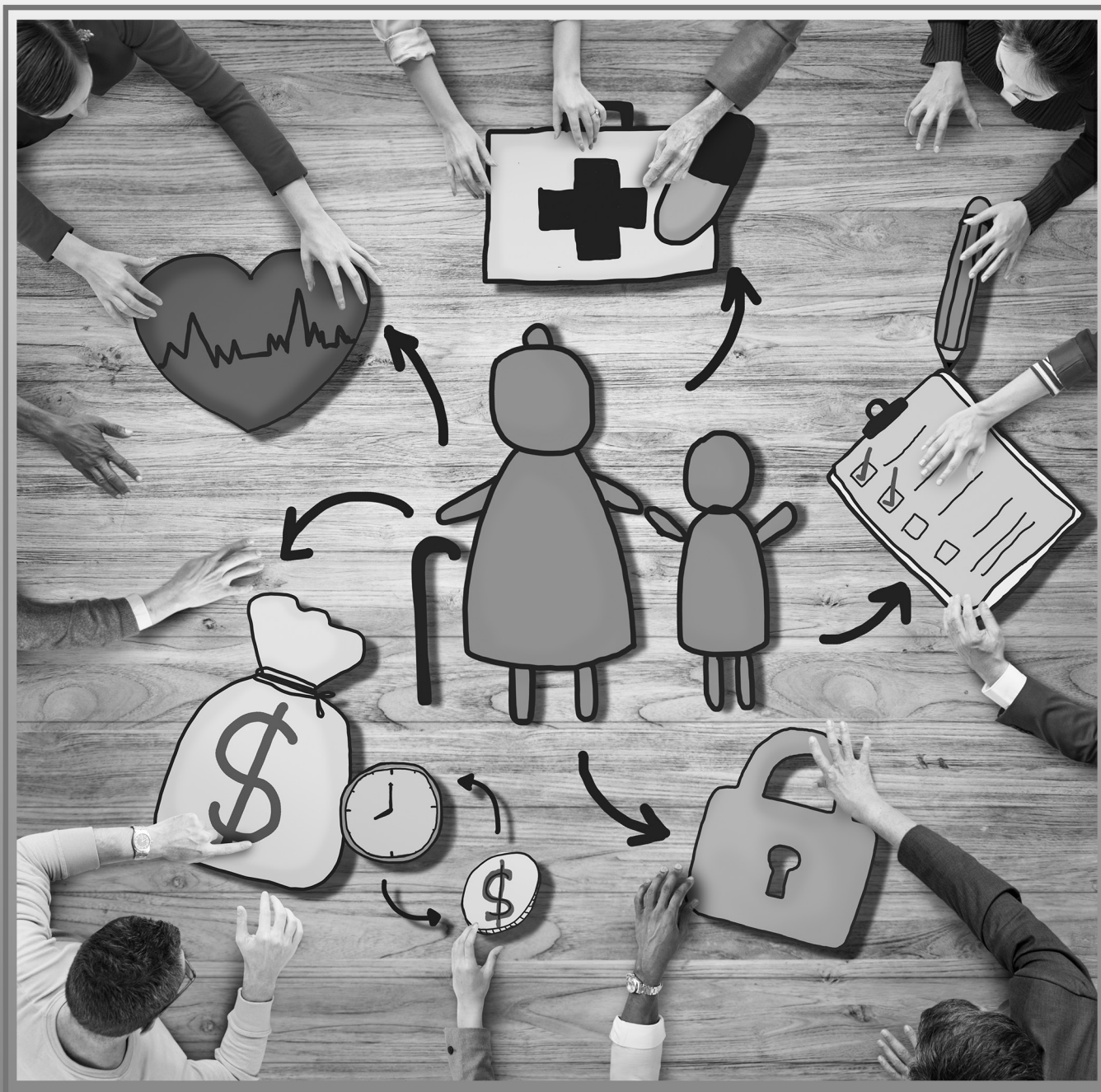


Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

4

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 4 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-234-0

DOI 10.22533/at.ed.340202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: ASPECTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO FAMILIAR	
Eugênia Aparecida Cesconeto	
Monica Pereira	
Wanderléia Pereira Gomes Gaidarji	
DOI 10.22533/at.ed.3402029071	
CAPÍTULO 2	11
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES FRENTE A MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES	
Jociane Souza da Silva	
Rodrigo de Oliveira Bastos Trotta	
Victor Tavares Batista	
Simone Silva	
Bruno Xavier Campos	
DOI 10.22533/at.ed.3402029072	
CAPÍTULO 3	21
A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E AS FACÇÕES DO TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	
Alice Mendes Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3402029073	
CAPÍTULO 4	29
RESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL E ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO: UM OLHAR AO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	
Franciele Theves da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.3402029074	
CAPÍTULO 5	42
O TRABALHO INFANTIL E O TRÁFICO DE DROGAS: UMA RELAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS	
Luciano Aparecido Pereira Junior	
Regina Célia de Souza Beretta	
DOI 10.22533/at.ed.3402029075	
CAPÍTULO 6	54
PROTOCOLO TÉCNICO-OPERATIVO DE ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS NA REDE SOCIOASSISTENCIAL	
Marlí Elisa Nascimento Fernandes	
Ilka de Fátima Santana Ferreira Boin	
Maria Lúcia Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.3402029076	
CAPÍTULO 7	66
FAMÍLIAS COMO FOCO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Ana Paula Ferreira dos Santos Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3402029077	

CAPÍTULO 8	76
FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL: NO DESAFIO DO FORTALECIMENTO DAS REDES PRIMÁRIAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	
Débora Holanda Leite Menezes Maurício Caetano Matias Soares	
DOI 10.22533/at.ed.3402029078	
CAPÍTULO 9	87
A PERCEPÇÃO DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS A PARTIR DA ATUAÇÃO EM ENTIDADE SOCIOASSISTENCIAL NO RIO DE JANEIRO	
Patrícia Quinto Santos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3402029079	
CAPÍTULO 10	99
PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MÃES ADOLESCENTES ATENDIDAS NA “ALA SANTANA” – MATERNIDADE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
Amanda dos Santos Silva Midiã Olivia Bentes Sant'ana Priscila Elen Souza Oliveira Yasmin Thais Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34020290710	
CAPÍTULO 11	112
RECORTES SÓCIOS HISTÓRICOS DAS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE CAPITALISMO	
Francisco das Chagas dos Santos Alves Aldení Gomes de Araújo Júnior Luan Alexandre da Silva Dantas Vanessa Amancio da Silva Hiorrana Larissa da Silva Flaviana Fernandes Martins Mariana Dantas Maria do Rosário Santos	
DOI 10.22533/at.ed.34020290711	
CAPÍTULO 12	122
O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: ALGUMAS EXPLICAÇÕES TEÓRICAS	
Jailma da Costa Batista Ranyellen Félix de Souza Felicidade Dayana Monteiro Dias Andressa Cassiano de Araújo Francely dos Santos Moura	
DOI 10.22533/at.ed.34020290712	
CAPÍTULO 13	132
TRÁFICO DE DROGAS E O CRESCENTE APRISIONAMENTO DE MULHERES NO BRASIL	
Gláucia Maria Ribeiro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.34020290713	
CAPÍTULO 14	141
DESCOBRINDO A DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER	
Maria Auxiliadora de Castro Coutinho	

CAPÍTULO 15	149
MULHERES QUE COMETEM CRIMES: VÍTIMAS OU CULPADAS? AS MARCAS DA INSERÇÃO FEMININA NO SISTEMA PRISIONAL	
Priscilla Brandão de Medeiros Kaedna Coleta Araújo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34020290715	
CAPÍTULO 16	161
ENTREGA VOLUNTÁRIA EM ADOÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SANTO AMARO	
Ana Lucia Oliveira Ramos Michelle Cavalli	
DOI 10.22533/at.ed.34020290716	
CAPÍTULO 17	175
ENVELHECIMENTO, TRABALHO E APOSENTADORIA: EXPECTATIVAS E PLANEJAMENTO PARA A VIDA PÓS-TRABALHO	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.34020290717	
CAPÍTULO 18	193
ENVELHECIMENTO E A PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.34020290718	
CAPÍTULO 19	205
O BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO IDOSO: DO RECONHECIMENTO À NEGAÇÃO	
Pamalla Sheron Gomes de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.34020290719	
SOBRE A ORGANIZADORA	215
ÍNDICE REMISSIVO	216

O TRABALHO INFANTIL E O TRÁFICO DE DROGAS: UMA RELAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 28/05/2020

Luciano Aparecido Pereira Junior

Doutorando em Promoção de Saúde

Universidade de Franca

Franca – São Paulo

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7370665119396182>

Regina Célia de Souza Beretta

Doutora em Serviço Social e Docente do
programa de Pós-graduação em Promoção de
Saúde

Universidade de Franca

Franca – São Paulo

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9170733889633526>

RESUMO: O trabalho infantil é marca histórica do Brasil em suas desigualdades e vulnerabilidades. Mesmo diante de diversas leis que protegem e garantem os direitos de crianças e adolescentes, esta violação insiste em continuar, se aliando a novas formas de exploração, como o tráfico de drogas. Este estudo busca compreender a relação de violação de direitos que envolvem o trabalho infantil e o tráfico de drogas. Foi utilizada a

pesquisa qualitativa, por meio de uma revisão bibliográfica, possibilitada pela pesquisa bibliográfica e documental, nas plataformas Google Acadêmico, *Pepsic*, *Redalyc*, *Scielo*, além, de documentos do governo brasileiro, por meio dos descritores em saúde: *trabalho infantil*, *tráfico de drogas* e *promoção da saúde*. A compreensão do ambiente e das relações é essencial para conhecer como se dá a dinâmica do trabalho infantil e o envolvimento com o tráfico de drogas. Há a necessidade de que, novos instrumentos sejam criados envolvendo o enfrentamento ao trabalho infantil e a violação de direitos, e o empoderamento das comunidades, diante da integralidade dos sujeitos, sua heterogeneidade e multiplicidade. **PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho infantil; Tráfico de drogas; Promoção da Saúde.

CHILD LABOR AND DRUG TRAFFICKING: A RELATIONSHIP OF RIGHTS VIOLATION

ABSTRACT: Child labor is a historic mark of Brazil in its inequalities and vulnerabilities. Even in the face of various laws that protect and guarantee the rights of children and adolescents, this violation insists on continuing, allying itself with new forms of exploitation, such as drug trafficking. This study seeks to understand the

relationship of violation of rights involving child labor and drug trafficking. Qualitative research was used, through a bibliographic review, made possible by bibliographic and documentary research, on the Google Scholar, Pepsic, Redalyc, Scielo platforms, in addition to Brazilian government documents, through health descriptors: child labor, trafficking drugs and health promotion. Understanding the environment and relationships is essential to learn about the dynamics of child labor and involvement in drug trafficking. There is a need for new instruments to be created involving the fight against child labor and the violation of rights, and the empowerment of communities, in view of the integrality of the subjects, their heterogeneity and multiplicity.

KEYWORDS: Child labor; Drug trafficking; Health promotion.

1 | INTRODUÇÃO

As violações de direitos e as iniquidades em saúde tem sido constantes durante a história do Brasil (FIORATI; ARCÊNCIO; SOUZA, 2016). Nesse arcabouço sociocultural muitos fenômenos sociais devem ser observados, principalmente envolvendo a infância e a adolescência, como o trabalho infantil e o tráfico de drogas, o que demanda uma reflexão mais ampliada sobre a ligação que estes temas possuem e o debate que precisa ser feito a respeito destes fenômenos sociais.

O desenvolvimento humano perpassa por diversos aspectos, ao se pensar a integralidade do sujeito. Os aspectos biopsicossociais são essenciais para compreender como se dão as dinâmicas relacionais e de como sujeito e ambiente estão em constante relação e influência (WESTPHAL; PAIS, 2006).

As violações de direitos da infância e da adolescência e a violência envolvem estas pessoas como uma rede, inversamente ao que se propõe uma rede ampliada de atenção, apoio e cuidado. Uma teia em que violar direitos, se torna uma rotina e um ciclo de reprodução constante. O sujeito violado vai à busca de uma possível “justiça” e repete o que sofrera anteriormente. O intuito central, característico do poder simbólico, é que o poder privilegie determinado grupo sobre outro, uma minoria sobre uma maioria (BOURDIEU, 1989). Nessas mazelas sociais e seus fenômenos os indivíduos e suas famílias são medicalizados e judicializados, sendo uma concepção simplista frente à realidade e vivência humana (BRASIL, 2006; MONFREDINI, 2013).

Este processo recorrente de exclusão social pode ser justificado pela necessidade de políticas públicas que combatam o trabalho infantil e o envolvimento de crianças e adolescentes nestas condições. Mas não é somente isso, pois diversos elementos na concepção do sujeito e sua realidade devem ser observados, e claro, gestores e profissionais da rede de atenção e de proteção social devem se dedicar às demandas e necessidades que se apresentam (BAZON; *et al.*, 2007).

O tráfico, além de um crime como destaca a Código Penal Brasileiro, ao envolver

crianças e adolescentes, se torna um meio para que o trabalho infantil aconteça, como os chamados “aviõezinhos”, mas que podem vir em algum momento desse processo, se tornar consumidores de tais drogas que são distribuídas diariamente em todo o país (MACHADO; KUHN, 2015). Neste cenário o tráfico de drogas além de se tornar um mercado de trabalho para crianças e adolescentes, viabiliza a criminalização infanto-juvenil e escancara a ineficiência na aplicação das políticas públicas existentes frente às piores formas de trabalho na contemporaneidade (CABISTANI, 2017).

A temática além de envolver a Segurança Pública, esbarra em outros aspectos como a Saúde, a Assistência Social e a Educação, por exemplo. As ações destes serviços devem ser norteadoras e não influenciadoras e indutoras. Devem mostrar caminhos e possibilidades de construção e empoderamento social, buscando a corresponsabilidade e uma participação social constante (BAZON; *et al.*, 2007).

Associado a esse trabalho infantil, há outro fenômeno a ser observado, que é erroneamente denominado como “delinquência juvenil”, abordada em diversos meios como algo intrínseco a personalidade do sujeito, sem observar-se que a composição integral do indivíduo é bem mais ampla e não se estabelece somente diante do chamado “caráter”, mas constrói-se também no social e no território onde estes estão inseridos. Há uma carência no cumprimento dos direitos por parte da sociedade e dos governos frente a este público, o que, amplia as iniquidades já existentes, e colocam em sério risco, as chances de que se ampliem as violações e suas dimensões (MACHADO; KUHN, 2015).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é garantidor de direitos e da proteção social. Em seus artigos estabelece regras e leis que garantam a integralidade dos indivíduos e possibilitem a eles o desenvolvimento pleno sem interrupção (BRASIL, 1990). O fato é que, nem sempre se cumpre o estabelecido e diversas formas de violência acontecem, conforme os indicadores do Atlas da Violência (IPEA, 2019) apontam que cerca de 35.783 jovens foram assassinados em 2017, o que se comparado a 2007, possui um aumento de 37,5%. A taxa é de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens. O maior índice se dá entre os 15 e 19 anos de idade, que possui o índice de 59,1%, sendo estes jovens em sua maioria do sexo masculino e negros.

O fator principal é a condição socioeconômica e cultural com a qual estas pessoas vivem e ainda, as realidades de exclusão e preconceito. Além da estigmatização, criminalização e efetivação do estado penal frente à juventude brasileira (ROCHA, 2013).

O adolescente inserido na sociedade atual vivencia uma realidade punitiva e de revitimização do sistema. Há uma descaracterização do processo socioeducativo e das medidas socioeducativas, em diversas situações de tráfico de drogas, descumprindo o que prevê o ECA. Responsabiliza-se o adolescente pelo repasse do “produto”, mas não se vê uma autorresponsabilização do estado, frente ao trabalho infantil que se escancara nestas situações (MOREIRA; *et al.*, 2015). Dados da Organização Internacional do Trabalho, apontam que de 1992 a 2015 cerca de 5,7 milhões de crianças e adolescentes

deixaram de trabalhar no Brasil, no entanto, este número ainda é bem alto, alcançando 2,7 milhões deste grupo no país, destacando ainda, as piores formas de trabalho infantil, sendo elas a venda e o tráfico de crianças; sujeição por dívida; servidão e o trabalho forçado ou compulsório; prostituição e a utilização, recrutamento e oferta de crianças para atividades ilícitas. A maior faixa de concentração de trabalho infantil é de 14 a 17 anos (83,7%). (IBGE/PNAD, 2016; OIT, 2017).

Sendo assim, este estudo busca compreender a relação da violação de direitos existente entre o trabalho infantil e o tráfico de drogas no Brasil, e ainda, entender o ciclo de violência que se forma frente às realidades socioeconômicas e culturais existentes no país, visto que este é um tema que o Estado Brasileiro adia o debate sobre o assunto, comprometendo gerações, contribuindo para a epidemia das drogas e para o trabalho infantil.

2 | METODOLOGIA

O estudo pautou-se pela pesquisa qualitativa, por meio da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, baseando-se em estudos já realizados e nos resultados já obtidos na literatura, atentando-se a cada informação contida nos dados coletados (GIL, 2003; LAKATOS; MARCONI, 2004).

Os dados estavam contidos nas plataformas Google Acadêmico, *Pepsic*, *Redalyc* e *Scielo* e em documentos brasileiros e internacionais que foram selecionados por meio dos descritores em saúde: *trabalho infantil*, *tráfico de drogas* e *promoção da saúde*. Foram utilizados dezessete artigos, onze documentos nacionais e internacionais, quatro livros e um trabalho de conclusão de curso.

A análise dos dados coletados foi realizada por meio da compreensão e interpretação, além do contraste entre autores e as realidades e experiências que foram abordadas em cada material obtido (GIL, 2003; LAKATOS; MARCONI, 2004).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho infantil atualmente é considerado crime perante o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diante da Lei 8069 de 1990, estabelecem-se os direitos que as crianças e adolescentes possuem e dentro desta determinação, o trabalho só é permitido como aprendiz, a partir dos 14 anos, desde que, o adolescente esteja cursando o ensino regular, além da proibição de trabalho noturno (BRASIL, 1990).

Anteriormente o foco principal do trabalho infantil estava direcionado carvoarias e serviços agrícolas. Hoje, isso acontece, mas outras formas de trabalho entram em cena como o doméstico e o do tráfico de drogas (MOURA; SANMARTIN; DIEHL, 2014). É pertinente dizer que o auxílio dentro de casa, nos serviços diários, não é considerado

crime, desde que contribua para o desenvolvimento do indivíduo e não atrapalhe os estudos e o brincar destes.

É importante destacar o processo histórico da criação que leis que garantiam ou não, a proteção de crianças e adolescentes, até a chegada do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entre o final do Império e o início da República, por volta de 1900, o trabalho infantil era abordado pelo decreto 1.313, que estipulava a idade mínima de 12 anos para o trabalho, que era descumprida tanto nas indústrias quanto na agricultura. De 1900 a 1930, durante a república e a greve proletária de 1917, houve a reivindicação da idade mínima de 14 anos e a abolição do trabalho noturno para menores de 18 anos e para mulheres. A partir da década de 1930 (Estado Novo), até o Regime Militar (1964), pouco se preocupou com o trabalho infantil, sendo o foco, apenas a caridade para as crianças e adolescentes e pobres, ou a sua punição, além, da judicialização por conta dos acolhimentos em instituições do afastamento das famílias, como o Serviço de Assistência ao Menor e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, criada durante a ditadura. A mudança se inicia com a Constituição Cidadão de 1988, no processo de redemocratização e a proteção integral para crianças e adolescentes, firmando-se como base para o ECA (1990), para garantir a proteção e o direitos desse grupo. Por fim, a Lei Nº10097 de 2000 (Lei do Aprendiz Legal) que estabelece o trabalho de adolescentes a partir dos 14 anos, como jovens aprendizes, desde que estejam cursando o ensino regular e tenham qualificação profissional neste percurso (BRASIL, 2000; LORENZI, 2016).

O estigma cultural empregado sempre nos discursos é “o trabalho dignifica o homem”. Esta temática, além de ultrapassada, torna pertinente novas formas de compreender as dinâmicas sociais e as transformações que acontecem ao longo do tempo nas sociedades. A expressão, além de conservadora, expressa ainda resquícios que permeiam a sociedade brasileira desde o período colonial, principalmente, voltado à população mais pobre. Um indivíduo, mesmo que desempregado é tão digno quanto outro, conforme prevê a Constituição Federal de 1988, pautando-se na seguridade social ali descrita. Assim, o desenvolvimento humano deve seguir seu ciclo sem interrupção, baseando-se principalmente nas leis vigentes que garantem essa segurança e essa proteção (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990).

O ingresso no mercado de trabalho deve ocorrer no momento correto, pensando-se nos aspectos pedagógicos e educacionais, na qualificação profissional, no incentivo a alfabetização e a educação. No combate ativo a evasão escolar e demais vulnerabilidades que afetam o desenvolvimento de cada indivíduo. O enfoque essencial se pauta na necessidade pontual e efetiva de atender às demandas infantis e adolescentes, proporcionando os direitos mínimos essenciais para a vida e a qualidade desta (BAZON, *et al.*, 2007).

A preocupação fundamental e essencial é a de proporcionar um desenvolvimento saudável para crianças e adolescentes no Brasil, viabilização da educação, qualidade de

vida, bem-estar e habilidades para ingresso futuro no mercado de trabalho. É preciso que se fundamentem as habilidades para a vida e a necessidade de se fortalecer os vínculos e as relações sociais (BAZON, *et al.*, 2007; MACHADO; KUHN, 2015).

Alinhando as compreensões do trabalho infantil e de como este ocorre, diante dos fenômenos sociais de pobreza e violação de direitos, uma informação deve ser ressaltada, diante do fato de que diversos fatores de risco e vulnerabilidades influenciam constantemente a relação de crianças e adolescentes com o tráfico de drogas (FONSECA; *et al.*, 2013; RODRIGUES; RIBEIRO; FRAGA, 2017).

A demanda essencial é compreender o que levam os sujeitos a terem o trabalho desempenhado no tráfico, como uma “mediação”, diante de privações inúmeras, para as realidades que vivenciam. A violação de direitos e a violência são constantes na atualidade do Brasil, o que faz com que, este ciclo se dissemine mais, proporcionando formas que atingem o outro e a si mesmo, como parte da comunidade em que está inserido (MACHADO; KUHN, 2015).

O indivíduo inserido na sociedade deve ser compreendido em todos os aspectos, como o falar, o agir, o vestir, seus valores, suas histórias de vida, o contexto da presença de drogas lícitas e ilícitas e seus fins e como toda essa dinâmica interfere no território e nas suas demandas (ROCHA, 2013).

A compreensão do perfil das crianças e adolescentes, os aspectos psicossociais, a estrutura familiar e suas vinculações/papéis, as relações sociais, o ambiente/território e a oferta ou não de serviços disponíveis naquele espaço. A marca daquele determinado grupo social, sua composição, seus líderes, a existência do preconceito e a exclusão da singularidade de cada sujeito, devem se entendidos como partes deste fenômeno e como reflexo de vivências múltiplas e heterogêneas (MACHADO; KUHN, 2015).

O trabalho infantil ocorre diante das desigualdades sociais existentes e da negação de direitos. Esta modalidade de trabalho, mesmo contrariando o que prevê a Constituição Federal (BRASIL, 1988), ainda ocorre cotidianamente nas cidades brasileiras, envolvendo diversas crianças e adolescentes numa malha de exploração, irregularidade e perda da liberdade (SOUZA; GOLDSCHMIDT, 2017).

Há nesse espaço uma precarização do trabalho e uma interferência significativa no desenvolvimento dessa população. Suas modalidades, além de variadas, acometem a sociedade e em muitas situações, perpassam pela negligência de familiares, gestores e da comunidade na qual estão inseridos. Vale estabelecer aqui uma reflexão, diante do fato de que, o trabalho de crianças e adolescentes nas redes de televisão, pode sim, ser configurado como um meio de trabalho infantil, diante das cobranças e interferências causadas em seu desenvolvimento (PAGANINI, 2011; SOUZA; GOLDSCHMIDT, 2017).

As famílias, a sociedade, os gestores e o Poder Judiciário devem se responsabilizar e cooperar para que esta violação de direitos seja erradicada e paradigmas a respeito do trabalho sejam quebrados. Novos modos de ver e compreender o “infantil” e o “adolescente”

devem ser abordados, além, do aspecto cultural e socioeconômico abordado como meios de conhecimento e de compreensão das dinâmicas e fenômenos sociais (SOUZA; GOLDSCHMIDT, 2017).

O trabalho infantil é um fenômeno sociocultural e histórico, além de complexo e multidimensional, afetando diversas crianças e adolescentes diariamente. Está presente diariamente no dia-a-dia de diversas pessoas. Crianças e adolescentes são vistos pedindo dinheiro em praças e sinaleiros, conduzindo carrinhos de picolé, engraxando sapatos e vendendo diversos objetos e alimentos pelas ruas. A resposta sempre dita é: preciso trabalhar para ajudar a minha família. Negação de direitos? A perda da infância? Compreender as famílias e as situações em que elas se encontram é essencial. É preciso ir de encontro com as realidades, para assim, construir discursos verídicos (PAGANINI, 2011).

Novos instrumentos de estudo, pesquisa e desenvolvimento de políticas públicas devem ser abordados e criados, com o intuito de enfrentar as vulnerabilidades existentes e as violações de direito. Deve haver ampliações conceituais e práticas que fundamentem um trabalho efetivo frente ao trabalho infantil e as desigualdades sociais, além, das iniquidades em saúde e da compreensão da importância de um desenvolvimento saudável para estes indivíduos. O que se prevê é a existência de uma proteção ampla e integral (ECA, 1990; PAGANINI, 2011).

O trabalho infantil deve ser abordado numa visão de corresponsabilidade, sem culpabilizar um ou outro. Este processo de responsabilização deve integrar o Estado, a sociedade e as famílias, além da implementação de políticas educacionais que favoreçam a proteção integral e garantia de direitos. Demanda-se ainda, a compreensão do desenvolvimento humano em suas singularidades e multiplicidades (MOURA; SANMARTIN; DIEHL, 2014).

A pobreza deve ser vista tanto como causa, quanto como consequência do trabalho precoce, demandando uma maior atenção para as políticas de enfrentamento frente às ações necessárias, e ainda, é preciso compreender que as causas principais para que isto aconteça se esbarram, além do aspecto socioeconômico, na “ineficiência do sistema educacional brasileiro e a própria tradição cultural da sociedade, que “enxerga” o trabalho precoce como uma chance maior de não se tornar criminoso, vagabundo” (MOURA; SANMARTIN; DIEHL, 2014, p. 2).

A situação de pobreza associa-se ainda mais forte a uma modalidade de trabalho infanto-juvenil, que é o tráfico de drogas, onde diversas realidades se encontram e uma nova perspectiva de vida é desejada, mas nem sempre concluída. O tráfico só interessa ao sistema, a poucos, visto que para se enfrentar o trabalho infantil dentro deste espaço é preciso um enfrentamento em suas múltiplas dimensões de comércio e mercadoria capitalista, além do fato de que este enfrentar se vê lado a lado com o problema de saúde pública que a dependência química estabelece. O Estado cotidianamente adia o debate

e sua responsabilização sobre esta problemática, não viabilizando políticas públicas favoráveis no atendimento à população infanto-juvenil frente a este fenômeno social, que é o trabalho infantil e sua relação com o tráfico (HUGUET, 2005; OIT, 1999).

O fato é que se a infância e a adolescência não forem cuidadas em suas demandas e necessidades, diversos problemas sociais entrarão em evidência e geraram um colapso social. O principal e necessário é que políticas e práticas sejam estabelecidas e fundamentadas, atendendo o que prevê a lei, o cuidado e proteção integral (HUGUET, 2005). E ainda, amplia-se o debate sobre os interesses diante de trabalhos perigosos e precários, quando crianças e adolescentes se veem corrompidos pelo tráfico.

Existe saída para a erradicação do trabalho infantil e o seu rompimento com o tráfico, embora, pouco se explorem estes aspectos, visto que, o primeiro passo para que isso aconteça é que haja a inclusão social, que as relações e os vínculos sejam fortalecidos entre as famílias e os serviços no território. A atuação de gestores e profissionais deve enfatizar a proteção social e participação comunitária, por meio do empoderamento, para que como atores os sujeitos possam também decidir acerca de suas necessidades, e construir de forma conjunta, possibilidades para que estas se resolvam (HUGUET, 2005; MOURA; SANMARTIN; DIEHL, 2014). Há ainda, a demanda por políticas públicas protetivas e maior investimento na infância e na adolescência, nas áreas da educação, da saúde, lazer e recreação, e ainda, na área da cultura e qualificação profissional, como propõe, por exemplo, a Lei do Jovem Aprendiz (BRASIL, 2000).

É preciso ampliar o foco para as questões socioeconômicas e culturais nas quais o adolescente se insere, visto que o território e o ambiente onde vivem, interferem na construção desse sujeito e de sua vida. É preciso pensar uma saúde coletiva efetiva, que enfrente, por exemplo, o alto consumo de álcool e outras drogas por parte destes adolescentes (FIOCRUZ, 2017), e pensar a promoção da saúde inserida no dia-a-dia destes adolescentes, como o que estabelece a Política Nacional de Promoção da Saúde/ PNPS (BRASIL, 2018), pensando os conceitos de empoderamento (espaço dialógico e construtivo), equidade (atender a cada indivíduo conforme suas demandas pessoais), intersetorialidade (trabalho entre setores e políticas públicas), intrasetorialidade (dentro de um mesmo setor) e interdisciplinaridade (entre profissionais de diversas áreas, em um trabalho colaborativo e cooperativo), compreendendo sempre que tal grupo é heterogêneo e carregado de diversas demandas e necessidades peculiares a cada sujeito.

O trabalho infantil causa danos biopsicossociais que afetam diretamente a saúde, a qualidade de vida e o bem-estar desta população. Este fenômeno se dá pela negação de direitos, negligência e o não cumprimento de leis e políticas já existentes. Há uma demanda para que novas políticas surjam, focando indivíduos e famílias, e fortalecendo a importância do brincar e do educar para o desenvolvimento humano (COSTA; SOUZA; KIRST, 2015).

Em alguns casos pode ser que o adolescente, principalmente, seja usuário de drogas

e veja o trabalho como uma forma de benefício para manter o vício. A compreensão dessa condição deve levar em conta o histórico de vida do indivíduo e que caminho foi feito até ali, além das escolhas e decisões tomadas para si. Compreender o sujeito em sua legitimidade se torna essencial no processo de promoção da saúde e de enfrentamento as violências existentes (JIMENEZ; MARCASSA TUCCI, 2017).

A educação não é a única solução, sendo apenas parte de um todo que se integra e constitui os direitos estabelecidos em lei e a compreensão integral do indivíduo. Um investimento, além de financeiro e de transferência de renda, pode e deve priorizar uma política educacional de enfrentamento ao trabalho infantil (ALBERTO; YAMAMOTO, 2017). Sendo assim, o trabalho infantil de modo geral, e neste caso especificadamente dentro do tráfico, deve ser observado para além dos estereótipos, buscando uma compreensão ampla dos indivíduos, suas realidades e o suas demandas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho infantil demanda abertamente uma atenção mais ampliada e mais concisa sobre os seus nuances e características. Não é compreender somente uma criança ou um adolescente, mas compreender uma família e um ambiente que reveste estes indivíduos e os constroem enquanto sujeitos. Esta compreensão deve ser tomada como base tanto pelo Estado, quanto pela sociedade civil.

O tráfico carece de um enfrentamento mais amplo, tanto pela questão de segurança pública, quanto por outras áreas, como educação, saúde, assistência social e outros órgãos governamentais e instituições que devem observar o quanto as drogas e o crime afetam à sociedade atual.

As crianças e os adolescentes são cada vez mais utilizados pelo tráfico, como forma de trabalho infantil. Dentro deste aspecto, pode-se observar a necessidade de que políticas públicas devem ser criadas e aplicadas nestes aspectos, principalmente aquelas que especifiquem a situação deste público em relação e contato com o tráfico, e em algumas situações, até mesmo com o uso abusivo de drogas.

A promoção da saúde deve ser aplicada diariamente e efetivamente nas ações nos territórios principalmente pelos serviços mais próximos do território como a Estratégia de Saúde da Família/ESF e pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), como preconiza a Política Nacional de Promoção da Saúde/PNPS, quanto à intersetorialidade, intrasetorialidade e interdisciplinaridade. Além de estes serviços serem a forma mais fácil e eficaz de se atender a população adolescente, são aqueles que devem fortalecer e estreitar os vínculos atuando diretamente na participação destes nas tomadas de decisão e na construção de um território saudável.

As mudanças só são possíveis quando se constroem instrumentos que favoreçam a construção social. Uma comunidade se fundamenta com a participação e ação de todos,

num processo de colaboração e corresponsabilização. Gestores, profissionais, sociedade, famílias e indivíduos, estando dentro de um mesmo ambiente, devem compactuar para sanar as demandas e necessidades, e enfrentar as violências e violações de direitos presentes na sociedade brasileira atual. Só serão possíveis mudanças, se os investimentos essenciais forem direcionados para a educação, a saúde e a assistência social, como políticas de base, e daí ampliando para novos conceitos, tais como o empoderamento e participação social ativa, visto o aumento contínuo na população carcerária em longo prazo e a precarização deste sistema.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **Quando a educação não é solução: política de enfrentamento ao trabalho infantil**. Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 25, n. 4, p. 1677-1691, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2017000400010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 15 mai. 2020.

BAZON, Marina Rezende *et al.* **Maus-tratos na infância e na adolescência: perspectiva dos mecanismos pessoais e coletivos de prevenção e intervenção**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 5, p. 1110-1127, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2007.v12n5/1110-1112/#ModalArticles>. Acesso em 07 mai. 2020.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 03 mai. 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 03 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10097 de 19 de dezembro de 2000**. Altera os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10097.htm. Acesso em 15 mai. 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília/DF: Conanda, 2006. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/pncfc.pdf/view>. Acesso em 07 mai. 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Promoção da Saúde**: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CABISTANI, Luiza Griesang. **Trabalho infantil e tráfico de drogas: uma análise sobre a atuação da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª região**. UFRGS, Porto Alegre, p. 1-91, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/174564>. Acesso em 25 mai. 2020.

COSTA, Elenise Martins; SOUZA, Ricardo Luis Vieira de; KIRST, Patrícia Beatriz Argollo Gomes. **Trabalho infantil: um estudo sobre os danos biopsicossociais percebidos pelos pesquisadores**. Aletheia, Canoas, n. 46, p. 131-141, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942015000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 15 mai. 2020.

FIORATI, Regina Célia; ARCÊNCIO, Ricardo Alexandre; SOUZA, Larissa Barros. **As iniquidades sociais e o acesso à saúde: desafios para a sociedade, desafios para a enfermagem.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto/SP, v. 24, p. 1-8, 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281449727095>. Acesso em 10 mai. 2020.

FONSECA, Franciele Fagundes *et al.* **As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção.** Revista Paulista de Pediatria, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 258-264, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822013000200019&lng=en&rm=iso. Acesso em 15 mai. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **III Levantamento nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ed. São Paulo: Atlas; 2002.

HUGUET, Claudio Ribeiro. **Adolescentes pobres e o tráfico de drogas em favelas do Rio de Janeiro: aproximação sociológica e psicanalítica ao problema.** Escola Nacional de Saúde Pública – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, p. 1-358, 2005. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4365>. Acesso em 10 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015.** Rio de Janeiro: IBGE/PNAD, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2019.** Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Global estimates of child labour: Results and trends, 2012-2016.** Geneva: ILO, 2017

JIMENEZ, Luciene; MARCASSA TUCCI, Adriana. **Notas sobre a produção acadêmica brasileira: uso de drogas na adolescência.** Psicologia, Saúde e Doenças, Lisboa/Portugal, v. 18, n. 2, p. 484-494, 2017. Disponível em: <http://pruebaredalyc.redalyc.org/articulo.oa?id=36252193016>. Acesso em 15 mai. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LORENZI, Gisella Werneck. **Uma breve história dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.** Disponível em: <http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/noticia/uma-breve-historia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil/>. Acesso em 15 mai. 2020.

MACHADO, Muriel Magalhães; KUHN, Camila Mabel. **A inserção de crianças e jovens no tráfico de drogas: reflexões a partir da psicologia social e a importância da mídia comunitária como um instrumento de garantias.** 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade/UFSM, Santa Maria/RS, 2015. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/2-3.pdf>. Acesso em 15 mai. 2020.

MONFREDINI, Maria Isabel. **Proteção integral e garantia de direitos da criança e do adolescente: desafios à intersectorialidade.** UNICAMP, Campinas/SP, 2013. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/250828/1/Monfredini_Marialsabel_D.pdf. Acesso em 15 mai. 2020.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira *et al.* **Medidas socioeducativas com seus dispositivos disciplinares: o que, de fato, está em jogo nesse sistema?.** Revista Psicologia Política, São Paulo, v. 15, n. 33, p. 285-302, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 15 mai. 2020.

MOURA, Analice Schaefer; SANMARTIN, Cleidiane; DIEHL, Rodrigo Cristiano. **Trabalho infantil na sociedade atual: um olhar sobre a educação em direitos humanos.** Seminário Internacional/UNESC, Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidpp/article/view/11809>. Acesso em 12 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. C182 - **Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação**. Genebra: OIT, 1999.

PAGANINI, Juliana. **O trabalho infantil no Brasil: uma história de exploração e sofrimento**. Amicus Curiae, v. 5, n. 5, 2011. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/amicus/article/viewFile/520/514>. Acesso em 10 mai. 2020.

ROCHA, Andréa Pires. **Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 115, p. 561-580, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 08 mai. 2020.

RODRIGUES, Luzania Barreto; RIBEIRO, Monique da Silva; FRAGA, Paulo César Pontes. **O envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas em juazeiro - norte da Bahia: uma análise do fluxo dos processos judiciais da vara da infância e da juventude**. Teoria e Cultura, Juiz de Fora/MG, v. 12, n. 1, p. 241-252, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12364>. Acesso em 12 mai. 2020.

SILVA, Nelson Pedro; GRANER-ARAUJO, Renata Cristina. **O adolescente, tráfico de drogas e função paterna**. Revista Psicologia Política, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 141-158, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 07 mai. 2020.

SOUZA, Carla Vieira; GOLDSCHMIDT, Rodrigo. **A problemática do trabalho infantil: trabalho ou liberdade cultural?**. UNESCO, 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/download/17701/457>. Acesso em 09 mai. 2020.

WESTPHAL, Márcia Faria; PAIS, Tadeu Dias. **Capela Saudável: gestão de políticas públicas integradas e participativas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 11, 12, 13, 16, 17, 18, 25, 58, 63, 69, 110, 145, 146, 202

Adoção 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Adolescente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 83, 100, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 165, 166, 175

Aposentadoria 175, 177, 178, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 202, 203, 207, 212

Assistência Social 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 31, 33, 44, 50, 51, 54, 57, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 82, 83, 87, 88, 89, 93, 96, 98, 129, 130, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 181, 193, 194, 201, 202, 205, 209, 211, 212, 213, 215

Ato Infracional 6, 7, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 34, 35, 38, 40, 41

B

Brasil 2, 3, 4, 9, 10, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 30, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 57, 59, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 82, 83, 86, 98, 106, 110, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 143, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 171, 173, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 190, 191, 200, 201, 203, 204, 211, 213, 214

Brasileira 2, 3, 15, 27, 44, 46, 51, 52, 67, 71, 75, 82, 95, 125, 130, 132, 134, 137, 139, 157, 158, 163, 166, 170, 177, 180, 181, 191, 201, 211, 212, 213

C

Capitalismo 5, 9, 19, 27, 82, 88, 109, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 125, 126, 132, 133, 134, 140, 154, 155, 156, 165, 174, 200, 213

Conflito 1, 2, 6, 7, 8, 9, 23, 28, 29, 125, 146, 164

Criança 2, 3, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 30, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 81, 100, 103, 110, 144, 145, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175

D

Delegacia 141, 142, 143, 144, 145, 146

Desigualdade 24, 37, 79, 82, 105, 109, 112, 113, 119, 142, 156, 157, 179

Direito 1, 3, 6, 7, 9, 12, 15, 19, 20, 35, 37, 38, 48, 51, 52, 61, 66, 68, 70, 72, 77, 79, 85, 89, 107, 109, 110, 111, 118, 119, 124, 127, 129, 138, 151, 153, 154, 156, 159, 166, 167, 168, 170, 172, 179, 180, 181, 182, 188, 201, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

E

Envelhecimento 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 206, 207, 211, 213, 214, 215

Estado 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 48, 50, 57, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 118, 124, 125, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 140, 144, 147, 150, 151, 152, 153, 157, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 179, 181, 196, 201, 208, 209, 211, 212, 213

F

Família 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 18, 20, 24, 32, 34, 38, 39, 48, 50, 58, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 94, 95, 105, 106, 109, 113, 114, 116, 118, 119, 127, 128, 146, 164, 165, 166, 167, 169, 175, 180, 182, 190, 199, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215

Famílias 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 33, 35, 37, 38, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 108, 118, 126, 146, 163, 166, 201

G

Gênero 14, 57, 71, 78, 80, 100, 109, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 131, 134, 139, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 212

I

Idoso 176, 179, 180, 185, 190, 191, 198, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

Institucional 4, 11, 12, 13, 16, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 90, 91, 92, 93, 124, 165, 167

L

Lei 1, 2, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 18, 19, 23, 28, 29, 30, 40, 41, 45, 46, 49, 50, 51, 64, 69, 70, 74, 86, 87, 100, 107, 110, 127, 129, 130, 133, 136, 137, 139, 143, 147, 155, 156, 157, 162, 164, 165, 166, 167, 174, 176, 179, 190, 191, 199, 205, 207, 209, 210, 212, 213, 214

M

Mãe 54, 58, 72, 78, 102, 107, 119, 162, 164, 166, 167, 169

Medida 4, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 68, 97, 116, 120, 124, 134, 135, 136, 143, 145, 185, 200

Mulheres 46, 54, 62, 78, 104, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 182, 194, 200, 201, 206, 211, 215

P

Política 1, 2, 5, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 40, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 96, 104, 107, 110, 114, 115, 124, 127, 130, 132, 133, 134, 136, 139, 143, 151, 153, 159, 162, 164, 165, 167, 168, 171, 174, 176, 179, 181, 182, 190, 191, 193, 194, 201, 202, 203, 210, 212, 213, 215

Política Pública 15, 68, 69, 70, 89, 130, 143, 210

Prática 1, 13, 19, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 34, 37, 60, 63, 74, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 123, 126, 144, 170, 171, 172, 175, 181

Prisional 133, 136, 137, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158

Promoção da Saúde 42, 45, 49, 50, 178

Q

Questão Social 4, 6, 7, 9, 10, 14, 24, 27, 32, 39, 56, 59, 60, 61, 66, 67, 77, 80, 82, 85, 86, 88, 89, 98, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 160, 168, 170, 173, 179, 201

R

Rede 13, 14, 17, 18, 33, 34, 36, 37, 38, 43, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 91, 92, 93, 94, 102, 103, 109, 123, 129, 130, 131, 143, 167, 169, 173, 189, 210, 215

S

Saúde 5, 14, 15, 17, 19, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 93, 96, 100, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124, 129, 130, 131, 136, 139, 143, 144, 150, 155, 157, 161, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 177, 178, 179, 181, 188, 189, 191, 194, 195, 201, 202, 203, 206, 209, 210, 212, 214, 215

Serviço Social 1, 10, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 40, 41, 42, 53, 55, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 109, 110, 111, 121, 132, 133, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 160, 161, 169, 174, 177, 191, 193, 206, 215

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 111, 113,

114, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Sociedade 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 19, 24, 27, 28, 32, 37, 39, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 59, 60, 62, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 89, 94, 95, 96, 97, 104, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 142, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 176, 177, 179, 180, 181, 185, 187, 189, 191, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 207, 208, 211, 214

Socioassistencial 33, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 70, 71, 87, 167, 169, 215

Socioeducativa 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40

Sujeito 6, 23, 25, 30, 43, 44, 47, 49, 50, 57, 68, 73, 74, 108, 124, 125, 136, 154, 162, 177, 178, 181, 187, 189, 200

T

Trabalho 3, 4, 5, 7, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 105, 110, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 149, 152, 154, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 168, 169, 172, 173, 175, 177, 178, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214

V

Violência 1, 7, 10, 12, 22, 25, 27, 34, 35, 36, 38, 43, 44, 45, 47, 52, 60, 62, 67, 71, 92, 95, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 154, 159, 208, 215

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020